



CONEXÕES ENTRE GÊNERO E RAÇA NO BRASIL MERIDIONAL - MULHERES AFRICANAS E O PEQUENO COMÉRCIO EM DESTERRO, SÉCULO XIX.

Fabiane Popinigis¹

Nosso objetivo aqui é analisar os sentidos das transformações ocorridas na capital da província de Santa Catarina ao longo do século XIX a partir das atividades econômicas que centralizaram as relações culturais e políticas, de sociabilidade e lazer em Desterro, tanto entre comerciantes e políticos abastados quanto entre escravos e libertos. Na Ilha de Santa Catarina, as quitandeiras e os pombeiros, escravos e libertos, eram figuras centrais no processo de produção e distribuição de gêneros, mas, apesar disso, foram sendo deslocados dos espaços centrais, social e economicamente privilegiados no bojo dos debates parlamentares sobre o elemento servil e a abolição.

Além de centralizar e organizar essas relações e atividades era em torno da praça do mercado espaço que se davam as disputas entre diferentes esferas de poder, a partir das quais formulavam-se e eram postas em prática as políticas públicas. Procuramos analisar as transformações na configuração do espaço urbano de Desterro diacronicamente: em torno de 1850, momento de centralização do Estado brasileiro e de relativa estabilidade do regime escravista e em meados da década de 1870 e 1880, período em que ruía a ideologia senhorial baseada na escravidão, mas também de racialização e de diminuição da possibilidade de ascensão social dos libertos. Faremos isso através de estudos de caso sobre mulheres que trabalhavam com o comércio de gêneros investigando suas relações com suas senhoras e senhores e da análise de algumas

¹ Prof. adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Email: fpopinigis@gmail.com.



construções simbólicas a seu respeito nos debates e discursos políticos publicados em jornais conservadores e liberais.

Em 1855, segundo relatório do presidente da província, Desterro contava com 5.611 habitantes, dos quais cerca de 1.436 eram escravos (25%).² De acordo com o primeiro censo realizado durante o Império, em 1872, essa freguesia urbana tinha 1.122 escravos, para um total de 8.608 habitantes.³ A diminuição do percentual de escravos entre a população local, de 25% em 1855 para 13% em 1872, está, portanto, mais relacionada ao aumento da população livre e liberta do que a uma drástica diminuição do número de escravos.

Ainda de acordo com o censo de 1872, para a Ilha de Santa Catarina, havia mais homens escravo do que mulheres escravas e, no entanto, havia mais mulheres nas categorias “preto - livre” e “pardo-livre” do que homens assim classificados.⁴ No caso de Desterro, havia mais mulheres escravas do que homens, e as “pretas” e “pardas” também eram maioria. No Rio de Janeiro se dava justamente o contrário: havia uma maioria de homens tanto entre a população livre quanto entre a população escrava.⁵ A cidade do Rio de Janeiro tinha, segundo o censo, em torno de 21% de escravos em 1872, enquanto a Ilha tinha em torno de 11,5% de escravos e Desterro, especificamente, 13%.⁶

² “Mapa aproximado da População da Província de Santa Catharina”. *Relatório do Presidente da Província*, 1855.

³ AHMF, Recenseamento de 1872.

⁴ Livres: h11.177/m1.1592, Escravos: h1529/m1411. E, embora houvesse um número maior de homens escravos na Ilha, no caso da categoria «preto» e «livre» (h645/m675), havia mais mulheres, assim como em «pardos» «livres» (h1005/m1152). Quadro elaborado a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil em 1872.

⁵ na população livre (h107.801 – m 77.488=185.289) com ... homens a mais do que mulheres) e no caso da população escrava também (h25.519 – m24.573= 50.092) homens a mais do que mulheres. Mapa do município da corte no mês de abril de 1870. Disponível em http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf

⁶ Em Desterro, entre a população livre classificada entre pretos e pardos as mulheres eram maioria. 960 pessoas foram classificadas como pardas dentre a população livre (dos quais 494 eram mulheres e 466 eram homens), e 624 como pretas (dos quais 344 eram mulheres e 280 eram homens). Dentre os escravos, 610 eram mulheres e 512 eram homens. Apenas as mulheres brancas e livres eram minoria em relação aos homens (2.811 mulheres para 3.073 homens). Recenseamento Geral do Império do Brasil em 1872.



Percebe-se, portanto, uma maioria de mulheres entre as escravas e as libertas pardas e pretas no início da década de 1870 em Desterro. Essas mulheres, como veremos, tiveram papel importante nas redes de distribuição de alimentos na chamada “praça do mercado”, onde se concentrava a sociabilidade em torno do comércio de uma variedade de produtos escoados a partir do interior.

O uso do termo no feminino em várias instâncias, inclusive em editais e posturas quitandeiras, indica claramente uma predominância feminina na função, caso não bastassem as imagens registradas por viajantes e fotógrafos de mulheres com cestos e balaios na cabeça, com seus tabuleiros ou panos estendidos no cã. Especialmente as quitandeiras mina foram descritas por alguns viajantes do século XIX como de porte altivo, eram reconhecidas pelas marcas peculiares que tinham no rosto, pelos panos da costa com que se vestiam e os turbantes que levavam na cabeça, sobre os quais qual repousavam cestos com frutas e legumes para a venda.⁷ Muito foi dito e escrito sobre a presença constante e ativa das quitandeiras nos centros urbanos e sua capacidade de acumular, e diversos autores apontaram para a importância da experiência comercial em terras africanas, onde as mulheres predominavam.⁸

Em Desterro, o que se percebe, é uma grande influência de mulheres africanas, escravas e libertas por volta de 1850 envolvidas com o comércio de gêneros em torno do Mercado. Alguns pesquisadores mostraram como, no século XVIII, negras escravas e ex-escravas, sobretudo as africanas, estavam, em termos econômicos à frente de mulheres brancas e homens negros.⁹ Guardadas as proporções (Desterro não tinha minas de ouro, e tampouco grandes *plantations* exportadoras), essa configuração parece válida para a primeira metade do século XIX em Desterro, quando as mulheres, especialmente as africanas, têm bastante visibilidade: elas vendem quitanda pelas ruas em seus tabuleiros e trabalhavam como pombeiras e tem barraquinhas na praça do

⁷ Cf. Karasch, *op.cit.*, Soares, *op.cit.* e Sheila de Castro Faria; “Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (sec.XVIII-1850)” in Mariza de Carvalho Soares (org.); *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2007, p.101-134.

⁸ Douglas Libby, Carlos Eduardo soares, Selma Pantoja para Angola e Gomes, soares e farias para os mina.

⁹ Sheila de Castro Faria; “Mulheres Forras – Riqueza e estigma social.” *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n.9, pp.65-92, 2000. Faria afirma inclusive que em Minas, no último quartel do século, as mulheres forras teriam se transformado, paulatinamente, na esmagadora maioria no comércio a retalho, completando? “Presumo que essa importância se estenda para outras áreas urbanas do Brasil, embora não haja trabalhos com fontes empíricas que comprovem.” “A posição das mulheres forras como segundo grupo a testar não foi uma especificidade mineira. As mulheres forras ocupavam também a segunda posição para o Rio de Janeiro, no século XVIII, sempre perdendo somente para os homens ‘brancos’ ou tidos como tal” Idem, p. 86.



mercado pela qual pagam impostos, antes da inauguração do prédio do mercado em 1851.¹⁰ Para muitos, o problema era justamente essa oficialização das barraquinhas, que enfeavam a praça central da cidade. Mas ainda pior era o aluguel ser permitido a pessoas que, em ofício da Câmara Municipal, foram qualificadas de “imorais e até mesmo a escravos”¹¹.

A despeito de toda a importância que tiveram na organização desse comércio, a história da construção do Primeiro Mercado Público de Desterro foi sempre abordada a partir da perspectiva das disputas entre os “homens bons” da cidade na década de 1840,¹² que ganharia importância porque os grupos que se definiram a partir da discussão sobre o melhor local para a construção do Prédio do Mercado - terminou por configurar o que viriam a ser o partido liberal e o partido conservador na capital.¹³ Os proprietários de casas comerciais que ladeavam a praça do palácio teriam se esforçado para que o prédio fosse ali construído, mantendo assim o movimento comercial da área; já aqueles que o desejavam longe da praça utilizavam os argumentos de limpeza e embelezamento, afinando-se com os discursos de saneamento que se desenvolviam em outras regiões.¹⁴

Depois de construído o prédio, essas mulheres e homens teriam delimitados os locais permitidos à sua ocupação: eram eles os chamados “lugares de quitanda”, nada mais do que vãos entre as colunas que, divididos em dois, podiam ser alugados por homens e mulheres escravos e libertos. Eram, portanto, 22 lugares de quitanda e 11 casinhas. Em toda a história do Primeiro Mercado Público (1850-1880) apenas uma mulher chegou a alugar uma “cassinha”: era a “preta forra” Joanna Prates, que a alugou por dois semestres.¹⁵ Em contrapartida, os lugares de quitanda eram quase todos alugados por mulheres: entre os 23 deles ocupados entre julho e dezembro de 1854 no

¹⁰ Sabemos que ao menos algumas delas eram geridas por africanas, como, por exemplo, a preta Maria Calabá, a preta forra Joanna Prates ou Joaquim Ignácio da Silva, que pagavam imposto de 5 mil réis para permanecer na praça do mercado. AHMF, Livro Caixa: Receita e despesa da Câmara Municipal (1851-1852).

¹¹ Oswaldo Cabral, *Nossa Senhora do Desterro. Notícia I*. Florianópolis; Ed. Lunardelli, 1971, pp. 80-81.

¹² Joana Pedro; *Nas tramas entre o público e o privado – a imprensa de Desterro no século XIX*, Florianópolis: Editora da UFSC, p. 23.

¹³ Oswaldo Cabral, *História de Santa Catarina*, 3ª. Ed. Florianópolis, S.c.: Lunardelli, 1987, p.167. p.146; Pedro, *Nas tramas entre o público e o privado*, pp. 24-5.

¹⁴ Sidney Chalhoub, *Cidade febril – cortiços e epidemias na Corte Imperial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Beatriz Mamigonian “Em nome de beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro no século XIX.” *Geosul* (UFSC), Florianópolis, SC, v. 14, n. 28, 1999, p. 179-188.

¹⁵ AHMF, Termos de arrematação das casinhas do Mercado.



Mercado, houve uma média de 20 mulheres e três homens ocupando o posto. Dessas 20 mulheres, sete carregavam nomes que faziam menção à sua origem africana.¹⁶

O total de impostos arrecadados pela municipalidade após a construção do Mercado Público aumentou em 275.74%. Desse total, 2:848#400 eram compostos pelo Rendimento da Praça do Mercado. Ou seja, apenas o Mercado Público era responsável por 31% da receita total da municipalidade¹⁷, mas as quitadeiras e os pombeiros que trabalhavam fora do Mercado eram parte importante dessa conta.¹⁸

Assim, o Mercado Público de Desterro e seus arredores, tornaram-se local privilegiado e possibilitador da atividade de africanos e descendentes, homens e mulheres, escravos, libertos e livres. Embora não fosse mais permitido a escravos ou escravas alugarem casas de quitanda, podiam alugar lugares de quitanda entre os vãos das colunas, com a permissão dos proprietários. Ali o tradicional comércio ambulante, desde muito dominado por essas pessoas, potencializava as relações comerciais, os laços de sociabilidade entre as camadas pobres da população, sua circulação e o contato com senhores e senhoras proprietárias, comerciantes importantes e políticos.¹⁹ Era a partir das relações possibilitadas por aquele ambiente e de sua capacidade de comerciantes que africanos como Maria Mina, Joana Prates e Francisco Pombeiro tinham acesso ao crédito e a própria alforria em torno de 1850. Negociaram sua alforria, compraram escravos, foram parte importante de suas irmandades e estabeleceram redes de produção e consumo de gêneros.²⁰

Além disso, esses homens e mulheres eram muito importantes para a manutenção do processo produtivo e comercial na Ilha, bem como para o sustento de famílias e de mulheres viúvas

¹⁶ Como, por exemplo, Simôa Mina, Anna Mina, Maria Mina, Josefa Caçange, Esperança Cabinda, Luiza Cabinda, Zeferida Calabá e finalmente, Luiz Congo, pagando para uma forra vender AHMF, livro caixa n.139 – Receita e despesa da Câmara Municipal 1854-1855. Para um maior detalhamento ver Popinigis, *Afro-ásia*, op.cit.

¹⁷ AHMF, Balanço da receita e despesa da Câmara Municipal da Cidade do Desterro do ano findo de 1º. de julho de 1863 a junho de 1864, Fls. 118, Livro 153, 1868-1869.

¹⁸ Nesse mesmo período (entre julho de 1863 e junho de 1864) a Câmara arrecadou 160.000 réis referentes a impostos de pombeiro, por 6.400 cada, significando que havia 25 pessoas exercendo essa função *em dia com as taxas*. Embora o imposto de mascate fosse mais caro, o total pago pelos pombeiros era superior mesmo pelo total referente ao imposto pago pelas pequenas tabernas (89#600). AHMF, Balanço da receita e despesa da Câmara Municipal da Cidade do Desterro do ano findo de 1º. De julho de 1863 a junho de 1864, Fls. 118. Livro 153, Registro de correspondência da Câmara Municipal a diversas autoridades; relatório da Câmara Municipal; Registro da Receita e despesa. 1858-1869.

¹⁹ Fabiane Popinigis, "Aos pés dos pretos e pretas quitadeiras": experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro (1840-1890)". *Revista Afro-Ásia*, 2012.

²⁰ Analisei essa história com mais vagar em "Negociação escrava e estratégia senhorial nos últimos anos da escravidão em Desterro", *paper* apresentado no II Seminário Internacional Mundos do Trabalho, na FGV, Rio de Janeiro, de 27 a 30 de novembro de 2012.



ou solteiras. Havia número significativo de mulheres proprietárias em Desterro que tiravam seu sustento do trabalho desses escravos e escravas e as estabeleceram estreitas relações de dependência mútua e laços afetivos.²¹ Foi o caso de Rita de Cássia Poyção que libertou Anna e Justina no início da década de 1830, sob pena de ser revogada por ingratição e com a condição de que cuidassem dela e de sua companheira até a sua morte,²² que ocorreria em 1864,²³ demonstra que as mulheres tinham sua própria maneira e estratégias de estabelecer relações de dependência no âmbito de práticas comuns à ideologia de dominação senhorial em outras regiões do Brasil²⁴. Assim, transformar suas escravas em fiéis dependentes poderia garantir a Rita de Cássia e à sua companheira mais segurança e assistência do que a própria instituição da escravidão, criando “agregados”. Deixando-lhes o que tinha, demonstrava sua gratidão para com os ex-cativos, ao mesmo tempo em que garantia o bem estar de Luisa Clara, sua companheira de vida. Por sua vez, libertas e finalmente “livres”, Anna e Justina mantiveram seus laços, e continuaram a viver de quitandas até pelo menos 1884 (juntamente com Maria Mina e mais 16-84 pessoas, quando deveriam ter por volta de 70 e 57 anos respectivamente.²⁵ E foi participando da rede de distribuição de alimentos no centro urbano da capital que elas encontraram formas de sobreviver e garantir a proteção de sua ex-senhora.

Apesar de tudo, o que se percebe é o ambiente cada vez mais hostil a esses trabalhadores, que eram incômodos e inconvenientes para a concretização de políticas públicas de embelezamento e higiene do centro da cidade. Assim, se mulheres de origem africana eram disputadas escravas de ganho, como apontam os diversos anúncios que se espalham pelos jornais ao longo do séc.XIX, também eram indesejáveis caso não estivessem em locais determinados para elas, como fica claro em nota publicada em *O Despertador*, em 08 de abril de 1879: “Desapareceram felizmente as

²¹ Joana Pedro, *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1998.²¹ Daniela Sbravati, “Mulheres de (In)certa condição”; *Revista Mundos do Trabalho*, Vol, 1, n.02, 2009., pp.85-90.

²² “Lançamento de Escrito de Liberdade da escrava Anna”, Livro 4 de notas do 2º. Ofício do cartório de Desterro, 1831, fls. 118v e 199.

²³ Daniela Sbravati, “Mulheres de (In)certa condição”; *Revista Mundos do Trabalho*, Vol, 1, n.02, 2009, pp.85-90.

²⁴ Termo utilizado por Sidney Chalhoub para descrever as relações entre senhores e escravos no século XIX. Cf. Chalhoub, *Machado de Assis: historiador*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²⁵ Os ex-escravos que estavam entre os contemplados no testamento de Rita de Cássia assumiram o sobrenome Poyção, donde pudemos identificar Anna tantos anos depois, em 1884, entre as quitandeiras do município, pagando imposto. Cf. AHMF, Livro auxiliar da receita e despesa da Câmara Municipal, 1883-1884, fls.33. Nessa conta incompleta, a arrecadação sobre esse comércio somava então 174#000, sem contar com aquela propiciada pelas casas de quitanda do Mercado e com endereço fixo. Livro auxiliar da receita e despesa da Câmara Municipal, 1883-1884, fls.29 e 33.



quitadeiras de balas do vestibulo do teatro; será medida permanente, ou será só no domingo? Veremos.”

Embora estivessem presentes no cotidiano, no comércio, na economia e nas relações de lazer e sociabilidade, suas práticas culturais e rituais, além de mal vistas e mal quistas – ainda mais quando compartilhadas por homens e mulheres de diversas classes sociais-, eram utilizadas na briga política:

“No dia 17 do corrente foi chamada à polícia pelo ordenança do subdelegado Feliciano Marques Guimarães, a preta forra, quitadeira de nome Faustina, e tão às pressas que nem teve tempo para deixar a quitanda ao cuidado de alguém, ficando assim aquela exposta a furtos. Quem ao ver o espalhafato não diria grave o caso! Pois é o seguinte: o Sr. Antônio de tal, em cuja família tem sido frequentes os casos de tísica pulmonar, está com sua senhora gravemente enferma da mesma moléstia. Desenganado por médicos, procurou curandeiros e estes naturalmente mancomunados com uma mulher conhecida por Maria alemã que por aí anda a ler a *Buena dicha*, asseguraram ao crédulo marido que a mulher estava enfeitada pela preta Faustina e que esta poderia cura-la, a quem intimidou com cadeia, se dentro de três dias não desse saúde à doente!! Com taes agentes está o sr. Dr. Tosta bem servido, e a tranquilidade e liberdade publicas otimamente garantidas. Guerra de Morte às feiticeiras, Sr. Feliciano Marques.”²⁶

O interessantíssimo texto mostra uma imbricada rede de relações entre um tal Sr. Antônio que tinha a esposa doente, curandeiros “mancomunados” com uma tal de Maria alemã, a quitadeira e feiticeira e o próprio ordenança do chefe de polícia. Os curandeiros foram acionados num momento em que a ciência dos médicos causava muita desconfiança e não é impossível supor que tivessem, junto à Maria alemã, alguma rixa com Justina, aproveitando a ocasião para colocá-la em maus lençóis. Feliciano Marques era membro do partido conservador (mais tarde ocuparia o cargo de subdelegado da Capital) e fica clara a intenção do autor do texto de desautoriza-lo, acusando-o de conivência com o curandeirismo.²⁷ Nesse momento, os métodos populares de cura – entre os quais estavam aqueles exercidos por Justina-, tinham ampla participação entre a população pobre, mas também entre frequentadores de certa posição social. O Sr. Antônio, segundo o jornal, não hesitou em procurá-los para resolver o problema que o afligia, e acabou indo tomar satisfação com a “feiticeira” Justina. Feliciano Marques, por sua vez, a teria obrigado a abandonar sua quitanda às pressas, correndo o risco de ser furtada, para resolver a questão sob ameaça de prisão.

²⁶ *A Regeneração* do dia 22 de 1870.

²⁷ Em 09 de dezembro de 1870, Feliciano Marques foi eleito para o Grêmio Conservador. *O Despertador*, 09 de dezembro de 1870.(em trinta de junho de 1871 ele foi demitido do cargo, *O Despertador*, 30 de junho de 1871).



Ao passo que as práticas, costumes e a própria presença dos trabalhadores de origem africana circulando pelos locais centrais da cidade iam se tornando cada vez mais incômodos, os debates sobre a substituição da mão de obra se acirravam. Após a aprovação da lei de 1871 as lutas em torno das possibilidades de emancipação ganharam ênfase, e os debates parlamentares giravam em torno de pensar os lugares a serem ocupados por essas pessoas. Em Desterro, a imprensa, tanto aquela ligada aos conservadores como a dos liberais, mudou de tom: editores de *A Regeneração* e de *O Despertador* gastavam páginas e páginas publicando leis aprovadas na Corte e discutindo resoluções e estratégias estaduais e municipais sobre temas como a aplicação dos recursos do fundo de emancipação. Não menos grave, cobriam-se de acusações uns contra os outros sobre a utilização indevida do trabalho de libertos contratados. Na década de 1880 surgiram acalorados discursos abolicionistas e pressões pela libertação dos escravos pelos proprietários e proprietárias. A sociedade abolicionista desterrense, em uma chamada para a sua primeira reunião, convidava a todos “sem distinção de partidos”.²⁸ Segundo seus fundadores, restavam em Desterro e Trindade 463 escravos a serem libertados.²⁹

Nesse contexto, as referências feitas pelos políticos às quitandeiras e aos pombeiros foram amplamente utilizadas entre os membros dos dois partidos em tentativas de desqualificar uns aos outros. No início da década de 1880, o jornal *A Regeneração*, em crítica aos conservadores, publicou artigo acusando os debates da Assembleia Provincial de “transformavam-se em diálogos que rescendem pelo azedume da frase e aspereza das palavras, somente usados nas praças de mercado pelas quitandeiras.”³⁰ O mercado era ponto de encontro e discussão para todos, inclusive comerciantes e políticos, e as reiteradas resoluções que procuravam limitar o máximo a permanência de escravos e escravas na praça eram constantemente sempre burladas, como demonstra sua reiterada publicação e as reclamações contra os fiscais. Assim, as quitandeiras no mercado tornaram-se novamente referência de comportamento negativo, desta vez utilizado para desqualificar o adversário: os liberais eram comparados a mulheres, e da pior espécie, pois eram rudes e falavam com aspereza, o que sugeria sua falta de polidez no trato. Evidenciava-se também que estavam deslocados, pois o lugar dessa aspereza, por suposto, era o mercado e não a

²⁸ *A Regeneração*, 09 de junho de 1883.

²⁹ *A Regeneração*, 08 de abril de 1884.

³⁰ *A Regeneração*, 13 de outubro de 1882.



assembleia. No entanto a política, para eles, não devia ser feita em lugares públicos, à vista de escravos e libertos.

Algo semelhante ocorrerá com os pombeiros, definidos como “todo o indivíduo que comprar ou atravessar, dentro dos limites do município, gêneros alimentícios para tornar a vender, a um ou a muitos quer em taboleiros, cestos e pelas ruas, praças, marinhas ou outros lugares públicos, quer em canoas, ou botes a bordo de embarcações ou mesmo no mercado”.³¹ Os pombeiros eram atravessadores, constantemente acusados de burlarem a lei, em proveito próprio ou de outrem, como se vê deste artigo publicado em *A Regeneração*:

“Ontem, as 7 ½ horas da manhã, chegara à praia do Mercado uma canoa com alguns balaios de peixe escalado, muitos indivíduos aproximaram-se, no intento de se proverem dele e depois de esgotado um dos balaios, disse o vendedor: ‘naqueles não se bula, que estão vendidos’. Um cidadão que estava presente perguntou ao vendedor: você não sabe da postura municipal que proíbe vender gêneros alimentícios, por atacado, antes das 9 horas? O pobre homem, vendedor, depois de bem pensar disse: “vende-se o peixe por varejo”. Aquela advertência foi útil aos compradores que se supriram do alimento útil à subsistência. E o que fazem, perguntamos nós, esses tantos empregados da Câmara Municipal, encarregados de fazer observar as suas posturas? ...Sim, tratão apenas de saber quando se pagam as gratificações do mês findo. O pobre povo, que só não paga o ar que respira, sujeite-se as imposições dos atravessadores denominados POMBEIROS. E será por isso que nossa municipalidade cria empregados? ... Responda o que quiser. O nosso mercado atualmente se compõe de atravessadores, desde açougues a banca de peixe, até a mais insignificante coisa.”³²

Aqui a ação dos pombeiros e o descaso dos fiscais com os atravessadores foram usados pelo jornal *A Regeneração* para atacar a municipalidade e seus fiscais, que coadunavam com a ilegalidade e burla do povo e dos legisladores. Mas a figura do atravessador, encarnada pelos pombeiros que eram, em geral, africanos e descendentes, era desqualificada tanto por liberais como por conservadores: o jornal *O Despertador* está repleto dessas notícias reclamando dos “malditos

³¹ “É qualificado pombeiro e sujeito ao imposto de 6.400 reis todo o indivíduo que comprar ou atravessar, dentro dos limites do município, gêneros alimentícios para tornar a vender, a um ou a muitos quer em taboleiros, cestos e pelas ruas, praças, marinhas ou outros lugares públicos, quer em canoas, ou botes a bordo de embarcações ou mesmo no mercado e contraventor pagará uma multa equivalente ao dobro do imposto. Artigo primeiro da resolução de 3 de maio de 1851, publicada em *O Despertador* de 12 de julho de 1864.

³² *A Regeneração*, 25 de outubro de 1879.



pombeiros” atravessadores e seus abusos.³³ Seus editores também fizeram uso explicitamente político disso ao publicar que os liberais de *A Regeneração* eram “pombeiros de boatos”, em várias edições, e, afirma que por isso eram “dignos do desprezo dos homens de bem”.³⁴ Assim como no caso das quitadeiras, os significados atribuídos à atividade de pombar e aqueles que a praticam foi negativado: sugere-se, portanto, que os editores liberais são meros atravessadores que levam e trazem o que ouvem dizer, mas também deixa implícito que podem ser exploradores do povo e afeitos à práticas ilegais e por isso mesmo “dignos de desprezo”.

Na década de 1850 as mulheres africanas podiam também ser pombeiras, ao contrário do que ocorria no Rio de Janeiro, onde os pesquisadores não costumam encontrar mulheres exercendo esse tipo de função.³⁵ Trinta anos depois, em 1884, o imposto de pombeiro passou a ser bem mais caro do que o de quitanda, proporcionando à municipalidade a arrecadação de mais de um conto de réis (1:110#000)³⁶. Enquanto a atividade de pombeiro passou a ser exercida exclusivamente por homens,³⁷ as quitandas continuaram a ser atividade preferencialmente feminina, e algumas mulheres faziam disso uma empresa, explorando o trabalho das outras.³⁸

Em 20 de abril de 1895 as quitadeiras da praia reclamavam por serem taxadas em 6.000 réis mensais, sendo que “outras em melhores condições e perfeitamente abrigadas do tempo apenas são sujeitas a taxa de menos da metade daquelas”.³⁹ O documento mostra, por um lado, que o Segundo Mercado público de Desterro foi construído numa nova lógica, que excluía algumas mulheres, e integrava outras. Fica claro que havia a percepção de que aquelas que ocupavam postos no mercado tinham privilégios, pois, além de terem “melhores condições” e estarem ali

³³ *O Despertador*, 31 de outubro de 1883.

³⁴ *O Despertador*, 24 de fevereiro de 1871.

³⁵ Nos idos de 1854, além das quitadeiras do Mercado (na proporção de 20 mulheres para 3 homens), havia uma grande quantidade de mulheres exercendo o ofício de pombeira para isso pagando imposto ou pagando imposto para as escravas exercerem a função, muitas das quais exibiam nomes que lembravam a origem africana. Neste ano 16 homens e 14 mulheres - entre elas. AHMF, Livro Caixa N.139 – Receita e despesa da Câmara Municipal 1854-1855. Nesse ano o valor do imposto pago para exercer a função de pombeiro era de 3.200 réis, enquanto aquele cobrado sobre a venda de quitanda pelas ruas da cidade era de 1.200 réis; AHMF, Livro Caixa N.139 – Receita e despesa da Câmara Municipal 1854-1855.

³⁶ Eram 30 mil réis anuais, pagos em duas vezes. o imposto de pombeiro foi pago por 37 pessoas. AHMF, Livro auxiliar da receita e despesa da Câmara Municipal, 1883-1884, fls.35 e 39.

³⁷ No caso dos tabuleiros de quitanda, a cobrança sobre as vendas pelas ruas passou a 3.000 anuais em 1886, enquanto as quitadeiras do Mercado pagavam 12.000 réis anuais em prestações mensais. Lei n.1.106 de 26 de agosto de 1886, Orça a receita e fixa a despesa municipal da província para o exercício de 1886-1887. Cf. *Coleção de Leis*, 1886.

³⁸ Era provavelmente o caso de Emília Soares, que em 1884 pagava imposto de quitanda para 9 pessoas exercerem aquela função. AHMF, Livro auxiliar da receita e despesa da Câmara Municipal, 1883-1884, fls.33.

³⁹ Ata da sessão da Câmara Municipal de Desterro, 20 de abril de 1895.



“perfeitamente abrigadas do tempo” com seus produtos, ainda pagavam aos cofres da prefeitura metade da taxa devida.

Como mostramos, a presença marcante de mulheres nas atividades comerciais de Desterro, tanto como proprietárias mas principalmente como escravas e libertas no comércio de gêneros criou dinâmicas próprias dessa configuração, como a relativa autonomia até meados do sec. XIX e as relações de dependência mútua que estabeleceram com suas senhoras, que, por sua vez, pareciam seguir um padrão diferente em relação ao que ocorria com os proprietários. Mas essa situação não resistiu à segunda metade do século XIX, quando vão perdendo espaço como pombeiras e como donas de lojas de quitanda. Ficava cada vez mais difícil manter esses espaços anteriormente conquistados, ao passo que a legislação repressiva e os debates parlamentares apontavam na direção de uma preocupação constante com a organização do trabalho no pós-abolição.

Nos casos apontados elas perdiam autonomia: a de se inserir num negócio mais rentável (pombar), a de ter sua própria casa de quitanda no Mercado ou a de circular em determinadas áreas. Entretanto, a importância das escravas de ganho permanecia, como comprovam os anúncios à procura de escravas para alugar, ou de libertos em fins da década de 1850 precisava-se “alugar uma preta quitandeira que seja fiel e sem vícios..”⁴⁰, em 1880 procurava-se por “uma escrava ou preta livre, para vender quitanda na rua...”⁴¹. Evidencia-se aqui a clara prevalência de determinadas características que o costume havia consagrado para a venda de quitandas: mulher e “preta”, e essa preferência permanece ao longo dos anos entre 1850 e 1880. A gerência desses negócios podia estar nas mãos de homens ou de mulheres brancas que utilizavam suas escravas, as alugavam de outras pessoas ou empregavam libertas para realizar o trabalho.

À sua volta, fora do Mercado, na praça e nas ruas, as mulheres africanas continuariam, a ser presença constante na ocupação dos espaços públicos e peças centrais na distribuição e no comércio de gêneros durante a década de 1850. Entretanto, a atuação dos poderes públicos, as políticas de

⁴⁰ *O Argos da província de Santa Catarina*, de 28 de abril de 1859.

⁴¹ *A regeneração* de 26 de fevereiro de 1880.



imigração, os discursos higienistas e o crescente processo de racialização das últimas décadas do século XIX, provocaram transformações na organização do espaço público e das relações de trabalho, orientadas por critérios de raça e gênero.

Assim, evidências das trajetórias das mulheres aqui citadas, muitas das quais vão da escravidão à liberdade ao longo do século XIX, trazem elementos para reflexões sobre os processos de racialização e exclusão social que ocorreram no século XIX em várias partes do Brasil a partir de um recorte de gênero. O Mercado se revela um lugar especialmente interessante para observar esses cruzamentos, pois ele centraliza os princípios organizadores da construção desse espaço de exclusão. Com a redução da escala foi possível perceber a reorganização desse espaço a partir de políticas de embelezamento, limpeza, higiene e organização das contas municipais, informados por critérios raciais.

A praça do Mercado, que fora inicialmente um possibilitador dessa mobilidade e autonomia, mostrou-se cada vez mais reveladora dessa exclusão, ao ponto de, nos tempos atuais, restarem poucas memórias sobre a participação dos africanos na dinâmica do pequeno comércio em Santa Catarina, como parte da construção de um estado branco, no qual somente a imigração europeia teria dado impulso ao crescimento industrial e comercial.

Bibliografia:

- CHALHOUB, Sidney; *Cidade febril – cortiços e epidemias na Corte Imperial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney ; *Machado de Assis: historiador*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- FARIA, Sheila de Castro; “Mulheres Forras – Riqueza e estigma social.” *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n.9, pp.65-92, 2000.
- FARIA, Sheila de Castro ; “Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (sec.XVIII-1850)” in Mariza de Carvalho Soares (org.); *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2007.
- MAMIGIONIAN, Beatriz ; “Em nome de beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro no século XIX.” *Geosul* (UFSC), Florianópolis, SC, v. 14, n. 28, 1999, p. 179-188.



MOREIRA ET AL., Carlos Eduardo ; « Nas quitandas, moradias e zungus : fazendo gênero », em *Cidades Negras – africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo, Alameda, 2006.

PEDRO, Joana ; *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1998.

POPINIGIS, Fabiane ; "'Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras': experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro (1840-1890)". *Revista Afro-Ásia*, 2012.

SBRAVATI, Daniela ; "Mulheres de (In)certa condição"; *Revista Mundos do Trabalho*, Vol, 1, n.02, 2009, pp.85-90.